

A COMUNIDADE CATÓLICA E A CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA: DUAS INTERPRETAÇÕES DE UM MESMO MODELO SOCIORRELIGIOSO

*Véronique Boyer*¹

Resumo: Costumamos abordar a questão da adesão às igrejas evangélicas em termos de rupturas com o catolicismo, tanto no etos quanto nas redes de sociabilidade, no comportamento político e na conduta econômica. No intuito de discutir esta hipótese dominante, analisarei as modalidades de constituição de uma congregação evangélica numa “comunidade” que se define como católica, a partir de um estudo de caso amazônico. Veremos então que, paralelamente a estas rupturas, é possível identificar várias continuidades nas práticas e categorias religiosas utilizadas e vários valores compartilhados. Por isto, defendo que a comunidade católica e a congregação evangélica são duas concretizações de um mesmo modelo de organização onde as questões sócio-políticas são tratadas a partir do religioso. Me parece, portanto, que o sucesso do movimento evangélico está ligado à sua capacidade em fornecer novos instrumentos simbólicos e discursivos em embates altamente políticos.

Palavras-chave: catolicismo ; comunidade; congregação; evangelismo.

Abstract: We often address the issue of adherence to evangelical churches in terms of disruptions to Catholicism in the ethos and in the social networks and also in the political and economic behaviours. In order to discuss this dominant hypothesis, I will analyse the rules of constitution of an evangelical congregation in a "community" which is defined as Catholic, from a study of Amazonian case. Then we will see that in addition to these ruptures, you can identify various continuities in practices and used religious categories and many shared values. Therefore, it argues that the Catholic community and the evangelical congregation are two embodiments of the same organizational model in which the socio-political issues are dealt with from the religious perspective. It seems to me, therefore, that the success of the evangelical movement is linked to its ability to provide new symbolic and discursive tools in highly political disputes.

Keywords: Catholicism; community; congregation; evangelism.

Não é mais necessário insistir sobre a importância do crescimento do movimento evangélico nas cidades brasileiras, a qual é comprovada pelas estatísticas do IBGE e a ampla bibliografia. Mas, a sedimentação destas igrejas se deu também na zona rural, às

¹ Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Unité Mixte de Recherche (UMR 8168), Centre de Recherches sur les Mondes Américains (CERMA), École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESC.)
E-mail: veronique.boyer@ehess.fr.

vezes antes mesmo de chegar nos centros urbanos, como é o caso da Amazônia brasileira². De fato, numa região que, como o resto do país, tem uma forte componente católica, raros são hoje os povoados ribeirinhos e os assentamentos nas frentes pioneiras que não tenham uma igreja ou uma simples casa de oração, de alvenaria ou de madeira, coberta de palha ou de brasilita, onde se reúnem regularmente os chamados « crentes », e que qualquer um pode avistar nos barrancos a beira rio, e nas bordas das estradas de chão ou das pistas.

Costumamos abordar a questão da adesão³ às igrejas evangélicas⁴ em termos de rupturas com o catolicismo, o que se manifestaria das mais variadas maneiras: no etos (de festivo a puritano), nas redes de sociabilidade (desinvestimento dos parentes e preocupação maior com os “irmãos”), no comportamento político (a importância eleitoral da bancada evangélica), ver, conforme analisava Max Weber, na conduta econômica. Escolhi tratar desta temática a partir de um estudo de caso amazônico, num povoado situado na zona bragantina, Estado do Pará⁵. A escolha se justifica pelo fato das numerosas tensões e as vezes os violentos conflitos com os católicos suscitados pela implantação de uma igreja evangélica não fizeram ainda o objeto de uma análise sistemática para o meio rural⁶. Ora, observar os pormenores da constituição de uma congregação evangélica numa comunidade⁷ que se define como católica permite desvendar com maior acuidade em que a formação da primeira questiona os fundamentos da segunda.

Mas esta abordagem que enfatiza as diferenças e as oposições, deve ser completada por outra, que se esforça para pensar o trânsito religioso também em termos de continuidade e de possíveis passagens, para retomar o termo de Patricia Birman (1996). Esta continuidade, conforme veremos, não se dá só a nível de certas práticas e categorias religiosas ou nos valores claramente compartilhados. De modo mais fundamental, reside no fato de que a comunidade católica e a congregação evangélica são duas concretizações de um mesmo modelo de organização onde as questões sócio-políticas são tratadas a partir do religioso. Nesta perspectiva mostro o que está concretamente em jogo neste conflito amazônico, i.e., o controle do território e das redes de relações, para sugerir que a diversificação do campo religioso não provoca tanto novos conflitos quanto traz outros, mais antigos, à superfície. Portanto, defendo que o sucesso do movimento evangélico está ligado à sua capacidade em fornecer novos instrumentos simbólicos e discursivos em embates altamente políticos.

1. A COMUNIDADE CATÓLICA: RELIGIÃO E POLITICA

Os antigos termos de *vila*, *sítio* e *povoado* que designavam a unidade social formado por um conjunto de grupos domésticos vivendo sobre um território dado, bem como o de *freguesia* –um conjunto de « clientes » dependentes de um patrão-comerciante (Galvão, 1976 :112-113) – parecem obsoletos. Pois agora, os grupos de vizinhança são sistematicamente chamados de “comunidade” pelas pessoas que os constituem. Ora, com diferença dos três primeiros termos, esta noção não tem só uma conotação espacial; de modo mais ou menos explícito, o seu uso pressupõe que as pessoas ligadas pelo parentesco

² Para um estudo da implantação das igrejas na região, ver Boyer (2008).

³ Escolho a expressão “adesão religiosa” em vez do termo “conversão”, bastante usado na literatura, por este último pertencer ao vocabulário teológico, e, por esta razão, não fornecer a devida distância analítica. Quando utilizado, será, portanto, como categoria local, dos próprios evangélicos.

⁴ Me refiro ao adjetivo “evangélico” por duas razões: primeiro por ser ele um termo nativo; segundo pelo fato das dinâmicas sociorreligiosas de implantação de uma nova denominação serem análogas, seja ela pentecostal ou não.

⁵ O trabalho de campo, sobre o qual me apoiarei principalmente aqui, foi realizado em 1997.

⁶ A não ser o lindo e precursor trabalho de Regina Novaes (1995) no Nordeste brasileiro.

⁷ Entendo por “comunidade” a organização política de um grupo de habitantes, embasado, conforme veremos, em valores religiosos, sem presumir, no entanto, da coerência social que se observa efetivamente nele.

e o lugar de residência têm todas por regra de vida valores promovidos pela Igreja católica, como a coesão social, a igualdade e a solidariedade. Além da ocupação de um dado território, a legitimidade de suas eventuais reivindicações se encontraria, neste caso, na própria natureza do grupo que se enuncia como comunidade⁸, no fato dele ser a expressão concreta do ideal religioso. Vale notar que o termo é utilizado pela maioria dos pesquisadores⁹ e que a totalidade de políticos se referem sistematicamente a ele. Devido a este sucesso, a noção se tornou uma palavra-chave do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, e convém ainda se referir a ela frente aos agentes do Estado e frente às instituições internacionais para as populações terem acesso às fontes de financiamento.

A priori, uma perfeita ilustração de uma comunidade realizada pode ser encontrada no Castelo, um pequeno povoado situado no litoral bragantino, a uns 210 quilômetros de Belém, capital do Pará. A sua reputação de grupo extremamente unido que busca, e consegue, os meios do seu desenvolvimento socioeconômico vai até a sede do município. E, numa das vilas próximas, o presidente de uma associação de pequenos produtores se refere a ele como a uma “comunidade que quer crescer, que é consciente”. Por sua vez, um dos líderes do Castelo salienta a importância da colegialidade na hora de tomar decisões, o que só está sendo feito em assembleias onde cada um está convidado a expressar a sua opinião. O procedimento seria tão importante, diz ele, que “se o coordenador não organizar de reunião para os [moradores] estarem de acordo, ele não pode fazer nada. Porque o povo não concorda”. A capacidade de mobilização dos seus quase 700 habitantes rendeu ao povoado várias conquistas substanciais: a emissão de um título de propriedade pelo governador do Estado, a abertura de uma estrada de chão até a pista de asfalto, a obtenção de um gerador de luz e a construção de uma escola pelo prefeito de Bragança.

Já que se trata de uma comunidade, sustenta-se que a força e a tenacidade dos moradores resultam da sua estreita participação às cerimônias e aos rituais católicos bem como às atividades da Igreja. A sua comum devoção serviria, portanto, de cimento identitário. Numa sociedade onde o político raramente consegue se constituir como um campo autônomo, é o religioso que fornece uma linguagem e um quadro de referência, e que acaba ocupando o espaço social por inteiro. Aliás, o catolicismo é concebido como lei por excelência, ainda mais incontestável que ela procede da vontade de Deus, e não do trabalho de um qualquer legislador humano. Em outros termos, o catolicismo institui aqui uma ordem política local que vai reduzindo o grupo à sua única expressão de comunidade religiosa. Para o principal líder do Castelo, que também é o ministro da eucaristia, comunidade e catolicismo são indissociáveis.

Mas, no Castelo como em outros lugares, a crença nas virtudes participativas da comunidade não impede que o modelo seja posto ao serviço de uma concepção autoritária das relações sociais, num jogo complexo entre pretensão à representação local e delegação de poder por uma instituição externa. Sobre este ponto, o caso do ministro da eucaristia é exemplar: nomeado pelo padre da paróquia que reside em Bragança, porque a comunidade teria indicado ele, Geraldo obteve um cargo de confiança que lhe confere em retorno a legitimidade necessária para que a sua palavra adquira localmente um peso para dizer o “verdadeiro”, indicar o “bom caminho”, definir as “regras”. Com sua função religiosa, ele vai acumulando um capital simbólico que será novamente negociável na esfera política. Um olhar atento mostra aliás que as “conquistas” do Castelo atestam mais de uma habilidade a tirar proveito do clientelismo do que de uma consciência cidadã. De fato, as demandas, algumas dizendo respeito à manutenção da capela, foram todas feitas na véspera de

⁸ Sobre a emergência da comunidade como organização concorrente da paróquia, e sua constituição como modelo de organização socioreligiosa a partir da segunda conferência do episcopado latino-americano a Medellín em 1968, ver o excelente artigo de Pedro A. Ribeiro de Oliveira (1992).

⁹ Maior parte das vezes, o termo não é tanto utilizado de um ponto de vista teórico, em referência aos *community studies* e à escola de Chicago, quanto colocado no texto de maneira acrítica.

eleições, e a interpretação da sua satisfação não rompe com a representação paternalista do “bom patrão”: todas as “conquistas” são tidas como “um dom das autoridades que tiraram a gente do sofrimento”.

2. O UNANIMISMO ROMPIDO PELA PRESENÇA EVANGÉLICA

Nessas circunstâncias, a presença de pessoas que entendem seguir um outro credo religioso não faz somente ameaçar um monopólio católico. De modo mais fundamental, esta ataca o unanimismo de princípio e derruba a ordem da comunidade que o exclusivismo católico garantia. A adesão a uma igreja evangélica é inaceitável na medida em que ela também pretende seguir uma “lei”, do seu ponto de vista de origem tão divina quanto a católica, e tão totalizante na sua esfera de aplicação. Os crentes poderiam, portanto, achar que têm razões o suficiente para reivindicar o direito de “ser outro” não só dentro da sua congregação, mas também no que diz respeito às aspirações individuais e coletivas, i.e., contestando as regras definidas pelos líderes. Muito mais grave ainda, católicos não tão firmes quanto eles poderiam ficar seduzidos pelo exemplo evangélico e querer seguir o seu caminho. Para evitar que a desordem se espalhe na comunidade, a única saída é então obrigar os crentes a renunciar a sua fé, outra opção sendo eles deixar o local de vez. É, portanto, em nome de um grupo consciente de si mesmo e dos interesses coletivos a defender, que líderes declarando que o conflito e a discordância não têm vez no lugar, rejeitam de modo arbitrário as vozes dissidentes. A “lei” concorrente é denunciada como “mentirosa” e aqueles que a seguem são ditos “desobedientes”, “intolerantes”, “inimigos da comunidade”.

O clima ficou tão tenso (queima da casa, insultos, ameaças de morte) quando uma família pertencendo a Assembleia de Deus se instalou no Castelo, que o bispo de Bragança achou bom vir pessoalmente até o povoado. Sem me estender, gostaria de chamar atenção pelas reações bem diferentes do bispo, da paróquia e do ministro da eucaristia na medida em que me parecem características da sua posição em relação com a comunidade. De modo sucinto, pode-se dizer que Dom Luiz guardou uma distância que refletia o seu afastamento geográfico e social do drama. Afinal de conta, estimava ele, o problema estava menos no comportamento dos evangélicos do que na atitude de católicos isolados, que não tinham uma fé muito esclarecida, i.e., mais conforme aos cânones da Igreja. Para ele, uma religião melhor interiorizada, refletida, em outras palavras melhor entendida, seria o caminho o mais seguro para resolver o conflito. O padre da paróquia, por sua vez, defendia a hegemonia católica num registro bastante próximo do ministro da eucaristia. Ele acusava os evangélicos de ofender os símbolos e crenças católicas, tratando por exemplo « Nossa Senhora » de « prostituta ». Forte deste apoio, Geraldo podia fazer declarações a priori um tanto contraditórias, que atestam, no entanto, da relação ambivalente dos leigos com a hierarquia institucional. De fato, ele manifestava, por um lado, seu orgulho que alguém tão importante quando o bispo fosse visitar o Castelo e afirmava claramente, por outro lado, a sua determinação em não levar em conta a sua opinião: “Ele veio pedir ao povo de se acalmar. Mas o povo é agitado, faz o que quer”. Segundo o ministro da eucaristia, o “povo” não aceita evangélicos no meio da comunidade católica que ele forma e, por isto, ele resolve rejeitar aqueles que são chamados de “invasores”, “estrangeiros” ou ainda “gente de fora”.

Conforme veremos agora, sugiro que a possibilidade de escolher a sua afiliação religiosa na comunidade católica é inaceitável porque ela mexe com as suas fundações: as suas estruturas seriam abaladas, seu funcionamento perturbado e sua reprodução mesma, i.e., a sua perenidade, comprometida.

3. SER CATÓLICO E ESTAR NA LEI OU EVANGÉLICO E FORA DELA

Estes últimos termos, que se referem a uma suposta falta de inserção nas redes familiares locais, mostram como novos registros vêm se sobrepor à clivagem religiosa para consolidá-la. É claro que a atribuição de um suposto caráter alógeno aos evangélicos visa a insistir, por contraste, sobre a anterioridade dos católicos no vilarejo, o que colocaria o direto do lado destes últimos. No entanto, a oposição entre a condição de estrangeiro dos primeiros e a autoctonia dos segundos se revela pouco pertinente nos fatos. Por um lado, os evangélicos não são sempre desconhecidos oriundos de um outro povoado, de uma outra região ou de outro Estado. Os testemunhos colhidos em diversas regiões da Amazônia mostram assim que as principais vítimas da ira dos católicos não são os missionários de passagem, mais antes de mais nada moradores do local, ligados aos outros habitantes por relações de parentesco. Que um deles se atreva a convidar um dirigente evangélico para celebrar um culto na frente da sua casa e a hostilidade geral se desencadeará contra ele. Por outro lado, como é fácil adivinhar, a integração de estrangeiros nos povoados é um fato corriqueiro. O ministro da eucaristia e líder do Castelo confessa alias sem dificuldade nenhuma que ele não nasceu lá.

Na verdade, observamos que, em caso de conflitos como este, é a partir do momento em que um indivíduo, filho do lugar ou não, se refere a outras crenças, que ela deixa de pertencer à categoria “povo daqui”. De maneira simetricamente inversa, bastaria a um homem oriundo de um outro povoado de proclamar a sua adesão ao destino do grupo para ingressar a categoria “parente”. Aliás é o que fez Geraldo, que casou com uma mulher nativa do Castelo e contratou alianças através do casamento e do compadrio. A subordinação das diferentes facetas do pertencimento a uma só –religiosa – cria uma verdadeira alternativa: ser católico e seguir a lei ou ser evangélico e ficar fora dela.

A definição das afiliações religiosas remete em fato a problemas bem concretos dizendo respeito ao controle da terra e à gestão dos recursos naturais. As dimensões das roças ou o tipo de atividades de produção privilegiadas pelo líder (aqui a pesca) podem gerar a insatisfação de alguns moradores que o criticam às escondidas. Isto ficou claro durante as discussões com um morador que se queixava muito das normas drásticas estabelecidas pelo ministro da eucaristia na exploração de terras que, por si, ele achava “abundantes”. Devido a proibição de abrir novas roças e ao tamanho insuficiente dos lotes atribuídos, ele afirmava ter se tornado um pescador contra a sua vontade. Ora, é justamente este homem, que ainda se identificava como católico na hora da nossa conversa, que tinha convidado os evangélicos a se instalar no Castelo. Vale notar que, para atrair esta família, ele tinha insistido sobre a fartura do Castelo, o que indica bem que a questão era para ele a imposição de certas regras, e não a situação geral do povoado.

Com a venda de uma casa perto da dele, este morador conseguiu certamente algum dinheiro vivo, raro no Castelo, e pode até ser que, como ele sustenta, ele desconhecia a religião dos recém-chegados - mesmo se qualquer um reconhece as roupas femininas dos Assembleianos e mesmo se os seus filhos declaram ter pertencido um tempo a esta igreja. Mas é provável que o objetivo maior do convite fosse a formação de um novo polo agregativo capaz de servir como contrapeso frente às decisões dos líderes católicos. Aliás após ter reafirmado rapidamente os grandes princípios de tolerância religiosa, a sua fala não demorou em insistir de diversas formas sobre as prerrogativas dos “fundadores”, mostrando que ele reivindicava esta qualidade para si. Insistindo primeiro sobre o fato que a casa de taipa cedida tinha sido construída por ele mesmo, num pedaço de terra que ele próprio havia desmatado, ele deixou, em seguida, a entender que a Vila do Meio, onde mora em companhia da família evangélica, se situa um pouco mais alto do que Castelo, em direção a terra firme e, portanto, que pode ser considerado como um lugar separado do

“grande povoado”. Assim sendo, ele pretendia aceder a um estatuto dando a ele toda liberdade de gerenciar livremente o espaço, e instituir outras regras.

A reação dos dirigentes do Castelo não demorou, pois não é “fundador” quem quer. Se o ministro da eucaristia e seus companheiros podiam, eventualmente, aceitar de delegar a Pedro a autoridade necessária para aplicar a “lei” católica do povoado na Vila do Meio, eles não estão prontos a aceitar que os seus termos sejam modificados, nem que esta parte do território escape deles. E eles mandam Pedro se lembrar do fato, recordando a ele que ele só é o sogro de um homem que nasceu, ele sim, na comunidade.

4. A CONTESTAÇÃO DA LEI: AUTORIZAR-SE DE UMA VOZ DISSONANTE

Em todos os relatos, tem uma imbricação muito forte dos temas do domínio da terra e do pertencimento religioso, ao ponto que é difícil, ver impossível, aos diferentes atores identificar qual é o elemento determinante do conflito. Alguns deles têm receio da diferenciação do campo religioso porque parece levar inevitavelmente ao questionamento das regras em vigor; ao contrário, outros querem mudar de afiliação para tentar se subtrair da ordem instaurada por uma autoridade em nome de uma religião comum. Apesar dos líderes locais e dos seus dependentes recalcitrantes divergirem sobre as consequências da presença evangélica (os primeiros estimando que ela é nitidamente uma fonte de desordem, os segundos vendo ela como um meio para escapar da “opressão” e da “humilhação”), todos concordam pelo menos sobre um ponto: ela age como catalisador.

No Castelo, o conflito mobilizava todas as energias. A entrevista com a mulher evangélica, tranquila, mas doente e por isto encolhida na sua rede, foi realizada em um clima muito tenso, com católicos encostados na janela para tentar espiar melhor a conversa. Enquanto isto, dentro da casa, alguns simpatizantes, entre os quais o próprio vendedor, falavam baixo, do lado oposto da sala, esperando que as suas falas ficariam inaudíveis dos católicos. Nenhum desfecho estava previsível, no entanto, pois os vexames sofridos pelos evangélicos, as provocações, as insultas e as ameaças pesando sobre os seus bens e as suas pessoas não tinham nem um pouco abalado o seu projeto de ficar, nem tinham conseguido fazê-los renunciar a sua fé.

A obstinação da dona da casa em ir no inverno na congregação de Taperaçú, um povoado a alguns quilômetros de lá, apesar das marés quotidianas que inundam as trilhas e tornam a caminhada difícil, atestava com toda evidência a intensidade das suas convicções. No entanto, por mais forte que fosse o seu desejo de mostrar a sua fidelidade a seus irmãos de religião, ele não explica em si só a sua teimosia em mandar celebrar um culto evangélico na sua casa, num ambiente bastante hostil. Melhor procurar as razões no sentimento que ela tinha de contribuir desta forma, com as suas poucas forças, à “libertação” dos seus vizinhos. De fato, estes últimos pareciam estimulados com o exemplo de firmeza que ela lhes oferecia. Quase no final da discussão, quando os católicos cansaram do esforço para ouvir e voltaram para as suas casas, alguns moradores da Vila do Meio comentaram que, um dia ou outro, eles tinham sido evangélicos, ou que tinham pensado em se tornar, ou que ainda o desejavam.

De modo mais geral, pode-se dizer que a implantação de uma congregação se torna possível quando o catolicismo não consegue mais conjugar a diferenciação socioeconômica com a ideologia igualitária do grupo. Nestas circunstâncias, o discurso evangélico, que enfatiza o valor das virtudes de humildade, de paciência e de disponibilidade, parece remeter a um modelo diferente daquele da comunidade católica. No Castelo, a resistência de um grupo doméstico numa situação de extrema fragilidade (pobre, recém-chegada e sem parentes) era indiretamente encorajada, pois a sua vitória seria de todos os “oprimidos” do povoado, i.e., de todas as pessoas insatisfeitas que não ousavam contestar abertamente a ordem católica. O descontentamento que aparece muitas vezes de forma difusa deixa

transparecer uma voz dissonante¹⁰, que os favorecer-se-á. Aqueles que se veem como vítimas da “arrogância”, da “ignorância” e da “opressão” dos dominantes católicos se aproximam progressivamente da congregação, na esperança de encontrar lá um modo de associação mais satisfatório. Para resumir, podemos dizer que o problema surge quando as funções rituais do catolicismo estão, ou parecem estar, monopolizadas por algumas pessoas ou algumas famílias para consolidar o seu ascendente. Em outros termos, as novas práticas religiosas ganham espaço quando essas funções, que sancionam hierarquias sociais constituídas ao nível local, sustentam o exercício de um poder que não é mais percebido como legítimo.

5. DA COMUNIDADE CATÓLICA À CONGREGAÇÃO EVANGÉLICA

Compreender a constituição do espaço evangélico em um território católico supõe de levar em conta, de modo simultâneo, a contiguidade dos dois universos religiosos e a sua relação de concorrência. Por isto, nesta última parte, gostaria de chamar atenção sobre alguns elementos, rituais ou discursivos, que atestam de um duplo processo ao termo do qual o sistema evangélico poderá convencer da sua pertinência e ganhar do catolicismo dominante. Por um lado, o reconhecimento de uma comum matriz às duas correntes do cristianismo que cria as condições de uma comparação com o catolicismo; por outro lado, um trabalho de dissociação entre elas que não exclui acomodações para favorecer a passagem da capela para a igreja.

** A promessa católica e o voto evangélico*

Uma primeira aproximação com as igrejas pode se dar, paradoxalmente, após alguém ter conseguido uma graça qualquer pela intermediação de um santo católico. Sabemos que nesta religião, toda promessa alcançada deve ser “paga” para evitar ser castigado pelo santo irado¹¹. Pode reparar que alguns católicos resolviam chamar um dirigente evangélico para um culto ser realizado nas suas casas no intuito de cumprir a sua obrigação. Estes deslocamentos de santos mediadores em direção a uma das figuras da trindade, e da celebração para o culto, não são percebidos como um afastamento do catolicismo, nem como uma derrogação a seus princípios teológicos. Melhor dizer que são vistos como uma possibilidade de pagar, fora das estruturas da igreja, de uma dívida contratada no seu seio. A partir daí, no entanto, a promessa católica encontra-se equiparada ao voto evangélico, um acordo passado em termos parecidos com Jesus ou o Santo-Espírito. Os dirigentes de congregações aceitam responder a tais solicitações, pois a realização de cerimônias evangélicas em território católico contribui a modificar a sua reputação de prosélitas intolerantes.

** Os praticantes e os outros, o peso da tradição e o engajamento sincero*

À medida que os evangélicos ocupam mais espaço, eles sugerem que tem duas maneiras bem diferentes de ser católico: o praticante sincero e o outro, que não tem real convicção e vai para a capela por hábito. Mas, no final de contas, o selo “católico autêntico” só é concedido àquele cujo investimento cotidiano é recompensado por uma função religiosa, i.e., aqueles que integram a hierarquia leiga da igreja. A expressão é, portanto, reservado a um grupo minúsculo dentro da imensa massa dos fiéis. Os evangélicos tentam convencer todos os outros, nominalmente católicos, mas pouco praticantes, que eles se encontram na verdade num estado de cativo, prisioneiros dos “costumes” e do “pecado”. A afirmação

¹⁰ Analisei um processo análogo num povoado do Baixo Amazonas onde participar à congregação aparecia como um meio de se opor a uma ação política (que visava a ser reconhecido como quilombola) que tirava do catolicismo os elementos usados para construir a sua legitimidade (BOYER, 2002).

¹¹ Para a Amazônia brasileira, ver o trabalho de Heraldo Maués (1995).

de uma singularidade evangélica se constrói desta forma progressivamente e por contraste, quebrando a representação de uma unidade católica.

** A hora certa ou o diferimento da conversão*

O tema da “hora certa” é recorrente em todos os relatos a respeito de trajetórias religiosas levando do catolicismo ao evangelismo, seja a integração já realizada ou ainda a ser firmada. A adesão ao movimento evangélico aparece nos relatos como uma necessidade imperiosa – o único caminho para a salvação -, mas cujo prazo pode ser adiado no futuro, as vezes um futuro indeterminado. Enquanto esperam pelo “momento certo”, homens e mulheres declaram ter tentado várias vezes “consertar” o seu comportamento, e até sua personalidade, na igreja católica, como se quisessem “converter” esta aos princípios evangélicos. A expectativa de conseguir transformar o seu ser sem mudar de universo de referência se revelará, do ponto de vista dos convertidos, uma tremenda ilusão. No entanto, porque os próprios evangélicos elaboram a representação da sua trajetória nestes termos, eles são obrigados a aceitar o tempo de latência exigidos pelos católicos. O motivo da “hora certa” joga assim as bases de um possível diálogo entre os evangélicos e os católicos.

** Redescobrir a Bíblia: ler e recitar*

Durante este período que pode durar de alguns meses à mais de uma década, um evangélico afirma ter passado por duas experiências fundamentais. A primeira é a aprendizagem da leitura que propicia o acesso direto aos mandamentos divinos. As indiscutíveis aplicações da aquisição desta competência em outros domínios da vida social serão vistas como conseqüências, felizes, mas afinal de contas secundárias, de um trabalho antes de mais nada centrado sobre o universo religioso. Mas se o saber evangélico se aparenta, pelo suporte utilizado, ao repertório erudito, ele se assemelha também ao repertório da oralidade, modo habitual da transmissão do conhecimento para a boa parte da população: o livro é único e a relação com o texto é dominado pela repetição dos enunciados bíblicos. Pode-se então sugerir que esta dupla característica (o livro enquanto símbolo de estatuto e uma relação a ele no registro da oralidade) explica em parte o forte poder de sedução do evangelismo sobre todos aqueles que são habitualmente tratados de ignorantes pelas classes médias.

** Tomar a palavra como nova experiência*

A segunda experiência inovadora é aprender a falar sozinho frente a assembleia dos fiéis e dos visitantes reunidos na hora do culto. De fato, para ser reconhecido como um crente “verdadeiro”, é preciso se mostrar capaz de se expressar em voz alta ao púlpito. A obrigação feita a qualquer evangélico de ler, comentar, parafrasear uma parte do texto bíblico, tentando ilustrar cada vez o exemplo do livro com a sua própria experiência pessoal, já é em si difícil para pessoas que não estão acostumados a este tipo de exercício. Mas se tornar um evangélico implica também aprender novos comportamentos, como pegar “desembaraçado” um símbolo da modernidade, o microfone que amplia as vozes. A prova do domínio do saber religioso, cuja aprendizagem se daria na solidão do livro escrito, deve, portanto, ser administrada oralmente em público. O incentivo e as marcas de atenção que cada um percebe nos outros presentes parece então confirmar que, realmente, o “crente tem a Bíblia como regra de fé e vida”.

** A fundação de um mundo caloroso*

O universo evangélico encoraja por fim uma redefinição do estatuto do corpo humano enquanto “templo da alma”. O processo que qualifico, na ausência de melhor expressão, de sacralização do corpo, está embasada na ideia do respeito que qualquer ser humano deve mostrar para a obra de Deus. Ora, os evangélicos se referem a esta noção em outros

contextos onde ela não é mais compreendida no sentido forte –i.e., como adoração- mas como simples educação para com os outros ou dignidade pessoal. O significado e a intensidade variáveis que a noção de respeito assume permite considerar, através do prisma religioso, as diferentes dimensões da vida social, criando desta forma um efeito de encaixe. Uma cadeia de sentidos, onde o vínculo religioso serve de modelo original, parece levar das representações do relacionamento com Deus, na intimidade da alma, a outras que remetem à imagem de si, e da experiência das relações sociais no espaço reservado da congregação ao que as pessoas podem esperar do “mundo”. Pois, a partir do momento em que se estende aos outros o “respeito” que se tem por obrigação de ter consigo mesmo, é possível esperar receber, em troca, marcas de consideração da sua parte. Se é necessário se considerar devedor de alguém, é só de Deus, aquele que concede graças materiais e espirituais, usando as vezes por isto de “instrumentos” de carne de sangue. O círculo da dívida entre os himens, onde a máscara da solidariedade ou da compaixão esconde muitas vezes o clientelismo, encontra-se desta forma simbolicamente quebrado. No entanto, não faltará reaparecer –por exemplo, mas não só – na relação de dependência entre os fiéis e o dirigente ou o pastor.

6. A RECONDUÇÃO DE UM MODELO SÓCIO-RELIGIOSO

A confiança do Senhor nas suas criaturas seria comprovada na terra pela ação do dirigente da congregação que atribui cargos, certamente de menor importância, mas cujo exercício implica de mostrar-se digno. De fato, não faltam funções para um dirigente, - que por sua vez é nomeado pelo pastor morando na cidade-, distribuir: tesoureiro, secretário, porteiro, chefe de coral, um do grupo dos homens e das mulheres, responsável do grupo de adolescentes, etc. A criação e a entrega de numerosas responsabilidades vêm confortar a ideia que cada um tem competências pessoais indispensáveis à coletividade, que, portanto, ele tem o seu lugar nela e, até, que ela não pode fazer nada sem ele. O grupo religioso local, que só é concebível com a prévia “regeneração” das pessoas que o compõem, oferece assim uma imagem ideal de coesão onde os talentos são reconhecidos pelos homens e sancionados pela instituição, enquanto zela um Deus equitativo ofertando a sua proteção a todos. As expressões “irmão” ou “irmã” se substituem aliás as vezes, na linguagem do dia a dia, aos termos de parentesco, tal esta mulher que falava da sua tia como de uma “irmã”.

Desde o estudo de Regina Novaes (1985), sabemos que os comportamentos valorizados pelos evangélicos não são diferentes em si daqueles que os católicos prescrevem. Pagar o aluguel, dar água mesmo aos vizinhos com quem você brigou, ficar humilde em toda situação, são atitudes prezadas e conforme aos valores de todos os moradores. Neste ponto, a situação amazônica não difere do Nordeste: “os *crentes*, através de seu modo de vida, realizavam um modelo ideal de comportamento, partilhado (ainda que não necessariamente realizado) pelos ‘agricultores [católicos] com família para criar” (NOVAES, 1985: 9). Percebe-se então que a rejeição da moral católica pelos evangélicos não é o que introduz a dúvida, levanta a ira, mas, ao contrário, sua aplicação concreta, pela transformação do “o que antes era modelo idealizado em uma ética” (*id.*: 146). Segundo a mesma autora, as falas dos católicos que declaram “gostar de escutar os *crentes*” devem aliás ser entendidas como a expressão de um desejo de se aproximar deste “modelo ideal” promovido pelos evangélicos (*id.*: 148). A “beleza” deste universo religioso surge da constância atribuída aos crentes nas suas várias tentativas de materializar a ordem divina aqui na terra, independentemente da sua concretização efetiva. Ao lembrar sem parar os valores de humildade, paciência e disponibilidade, os evangélicos martelam, com efeito, que o mundo da congregação não é o da comunidade católica.

Se a criação de uma nova ordem se opera em oposição ao catolicismo, o lugar conferido ao religioso no grupo não muda em nada. É em nome de um pertencimento religioso

comum que uma família crente conseguirá um pedaço de terra junto a um fundador evangélico, da mesma forma que outra obterá a concessão de um espaço para a roça numa comunidade católica. Reparámos também que, num dado momento, os povoados tendem todos ao exclusivismo religioso, sejam eles católicos ou evangélicos. Por fim, observamos que a atribuição de cargos religiosos vem sempre reforçar relações preexistentes à adesão religiosa e consolidar a posição de grupos de parentes. O que está em jogo no novo consensus que a congregação procura impor é tão concreto do que a comunidade tenta esconder: qualquer que seja a obediência religiosa, os únicos cargos a ser retribuídos com dinheiro são detidos por pessoas que pertençam à parentela próxima e à religião da família dominante no local.

As hierarquias instauradas pelo evangelismo tendem, portanto, a querer substituir aquelas que fundavam o catolicismo, no mesmo lugar simbólico e com um modo análogo de gestão das relações sociais. Como anunciava a sua pretensão compartilhada ao universalismo, Catolicismo e evangelismo entendem da mesma forma ocupar plenamente e sem contestação possível o lugar da definição da autoridade, a partir do qual as posições de poder se distribuem localmente. Se aproveitando de num mesmo imaginário, a congregação e a comunidade propõem modelos mais próximos do que os evangélicos e os católicos admitem, modelos onde relações familiares e laços religiosos se reforçam mutualmente. Um e outro são igualmente caracterizados de autoritarismo: se “parentes” não aceitam a ordem religiosa, eles serão descartados em favor de “irmãos”, o parentesco “espiritual” sendo neste caso privilegiado ao parentesco “real”, ao ponto de o primeiro aparecer como o único capaz de secretar verdadeiramente relacionamentos duradouros.

Um elemento fundamental separa, no entanto, o catolicismo do evangelismo: o fato do segundo afirmar que a salvação vem de Jesus e não de uma qualquer instituição. A força que a mensagem evangélica adquire para trazer para as igrejas os insatisfeitos é paradoxalmente o seu calcanhar de Aquiles. Pois se os “afastados” evangélicos não parecem tão diferentes dos católicos não praticantes, os primeiros estão por princípio fundados a se agrupar em torno de um crente se reclamando de uma outra denominação. Não há dúvida que o fato reativa novamente o germe da concorrência e a possibilidade de levantar uma nova denominação.

Referências:

BIRMAN, Patrícia. Cultos de possessão e pentecostalismo no Brasil: passagens. **Religião e Sociedade**, n. 17, v. 1-2, p. 90-109, 1996.

BOYER, Véronique. *Quilombolas* et Évangéliques : une incompatibilité identitaire ? (réflexions à partir d’une étude de cas en Amazonie brésilienne). **Journal de la société des Américanistes**, n. 88, p. 159-178, 2002.

BOYER Véronique. **Expansion évangélique et migrations en Amazonie brésilienne: la renaissance des perdants**. Paris: IRD-Karthala, 2008.

FERNANDES, Rubem Cesar. Imagens da Paixão a Igreja no Brasil e na Polônia. In_: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo: Modernidade e tradição**. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER, São Paulo: Edições Loyola, pp. 67-90, 1992.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

MAUÉS, Heraldo. **Padres, Pajés, Santos e Festas:** catolicismo popular e controle eclesial. 1. ed., BELÉM: CEJUP, 1995.

NOVAES, Regina, 1985, **Os escolhidos de Deus:** pentecostais, trabalhadores e cidadania. ISER, Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1985.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Estruturas de Igreja e Conflitos religiosos. In: SANCHIS, Pierre. **Catolicismo:** modernidade e tradição. Grupo de Estudos do Catolicismo do ISER. São Paulo: Edições Loyola, pp. 41-66, 1992.